

Metas Anuais

Segundo o § 1º do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF integrará o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias o Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas e despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

É importante esclarecer que, no dia 07 de Julho de 2023, a STN publicou uma nova versão do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF 14ª edição, onde indicam a reformulação dos modelos dos demonstrativos 1, 2 e 3 do AMF, relativos à elaboração das metas fiscais da LDO, permitindo o detalhamento das metas calculadas com e sem os recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), bem como as informações referentes os valores dos Juros, Encargos e Variações Ativos e Passivos. Essa publicação ocorreu após o envio do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o ano de 2024 ao executivo (PL nº 1.264/2023 do Executivo).

Do mesmo modo, até o exercício de 2022, a meta do resultado nominal era definida e acompanhada pela metodologia acima da linha. A partir do exercício de 2023, o resultado nominal passou a ser calculado pela diferença entre o saldo da dívida consolidada líquida (DCL) em 31 de dezembro do exercício anterior em relação ao saldo da DCL apurado em 31 de dezembro do exercício de referência.

A fim de dar cumprimento a esse preceito da LRF, elaboramos o Demonstrativo de Metas Anuais.

Metodologia das estimativas de receita e premissas de cálculo para o exercício de 2026

Fundamentalmente, as receitas orçamentárias foram estimadas considerando-se a legislação pertinente e especificidades, o histórico da arrecadação, bem como projeções de indicadores econômicos. Sobretudo, destaca-se para a análise macroeconômica, a evolução dos indicadores e respectivas projeções do relatório de expectativas de mercado FOCUS do Banco Central do Brasil, data de referência de 28/03/2025, bem como a conjuntura de demais variáveis determinantes para a arrecadação no âmbito do Município de Guarulhos.

Postas tais premissas, é notório que a economia nacional apresentou crescimento em 2024 acima das projeções iniciais, porém, encerrou o ano em desaceleração econômica e inflação crescente. Nesse cenário, destaca-se que a trajetória da inflação em 2024, especialmente ao final do exercício, fora de tendência altista. Ademais, completados doze meses em 2024, a inflação captada pelo IPCA-IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) alcançou 4,83% acumulado em 12 meses, ficando acima do teto da meta de política monetária administrada pelo Banco Central de 4,5% para tal ano. Com isso, e sob os efeitos de uma aceleração da inflação no final de 2024 e também no início de 2025, a pesquisa FOCUS coletada pelo Banco Central entre analistas e especialistas do mercado financeiro, prevê inflação no ano de 2025 mais robusta, e rompendo o teto da meta de inflação de 5,64%. Por outro lado, superando as expectativas do mercado, o PIB (Produto Interno Bruto) de 2024 encerrou o ano com crescimento de 3,4%, apresentando uma dinâmica econômica de aquecimento no ano que se findou. Assim sendo, com a perspectiva de aquecimento da economia evidenciado pelo PIB, também de uma baixa taxa de desemprego (que encerrou o quarto trimestre de 2024 em 6,2%), e por outro lado, determinada pressão inflacionária, as últimas decisões do COPOM (Comitê de Política Monetária) quanto à política

monetária foram de elevar a taxa de juros de referência, com indicativos de manutenção de políticas monetárias restritivas de sorte a controlar a inflação.

No âmbito internacional, a mudança de gestão nos Estados Unidos acrescentou uma série de incertezas quanto à conjuntura futura. Apesar da atual manutenção nos patamares de juros norte-americanos, a realização de política tarifária para o comércio exterior por esse país, seja com competidores em específico, ou com nações mais alinhadas, e também o contexto de progressivas mudanças radicais na política de imigração, desencadeiam a possibilidade de crescimento da inflação doméstica norte americana. No contexto da inflação doméstica, tal repercussão pode afetar uma mudança da taxa de juros pelo FED, que tem implicações internacionais, ao atrair mais recursos financeiros aos títulos americanos, e pressionar as taxas de juros dos demais países. Quanto às relações comerciais brasileiras, torna possível perda do mercado americano para exportações do Brasil, que precisariam ser realocadas para outros parceiros. Por outro lado, postura conflitante quanto às relações diplomáticas dos Estados Unidos com outros países, pode acelerar mais alternativas comerciais, bem como aumentar o uso de divisas alternativas ao dólar como moeda de transação internacional. Ainda no contexto internacional, verifica-se dificuldade de distensão dos conflitos do leste europeu entre Rússia e Ucrânia, e com o realinhamento dos Estados Unidos em tal situação de conflito, os países da União Europeia e o Reino Unido passam a ter um discurso mais pró armamentista e independente da OTAN, gerando a perspectiva de aumento dos gastos fiscais nesses países. No contexto do Oriente Médio, a não resolução dos conflitos em Gaza, e possíveis escaladas pela região, podem pressionar o mercado de petróleo.

Nesse quadro, relativamente à expectativa de inflação para os próximos anos, dados coletados pela pesquisa FOCUS preveem inflação em 2025 de 5,64% (ainda acima do teto da meta de 4,5%, conforme mencionado anteriormente), com arrefecimento nos anos seguintes, prevendo inflação de 4,52% em 2026, 3,98% em 2027, 3,82% em 2028 e 3,76% em 2029. Já o PIB, segundo as projeções de mercado, apresentará resultados menores no ano de 2025 e nos próximos anos, com estimativa de crescimento de 1,97% em 2025, 1,67% em 2026, 1,90% em 2027, 2,01% em 2028 e 2,02% em 2029 (valores arredondados para duas casas decimais).

Em análise à recuperação econômica pós pandemia, destaca-se que em 2024 houve melhoria no desempenho da economia no Município de Guarulhos, para tanto, é evidente os impactos na recuperação do setor de turismo, que apresenta retomada para índices próximos aos de 2019, com consequente geração de renda nos setores aeroportuários, hoteleiros, e de transporte rodoviário de passageiros, e também do crescimento do produto e atividade econômica em geral com consequente recuperação do setor de transporte de cargas. Em tempo, a queda da taxa de desemprego e consequente aumento de poder de consumo, possibilita o aquecimento do comércio e da prestação de serviços, bem como o mercado imobiliário da cidade. Já para o ano de 2025, a tendência segue de crescimento, porém menos acelerado que no ano anterior.

Nesse cenário, destaca-se as premissas para as projeções de receita no Município de Guarulhos para o próximo exercício, bem como os principais indicadores macroeconômicos, conforme demonstrado em quadro abaixo.

Indicador / Ano	2025	2026	2027	2028	2029
PIB (%)	1,9739	1,6671	1,9052	2,0134	2,0173
IPCA-IBGE (%)	5,6336	4,5202	3,9797	3,8188	3,7633
PIB SERVIÇOS (%)	1,7655	1,7234	1,8793	1,9886	1,9573
IPM-ICMS (%)	Estável	Estável	Estável	Estável	Estável
IPM-FUNDEB (%)	Estável	Estável	Estável	Estável	Estável
IPM-IPVA (%)	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10

Fonte: Relatório de expectativas de mercado FOCUS do Banco Central do Brasil, média das estimativas, data de referência de 28/03/2025.

Diante de todo o exposto, espera-se que a arrecadação da receita municipal reflita um bom desempenho, possibilitando o alcance dos patamares projetados para o exercício de 2026, bem como elencamos a seguir as principais receitas desta Municipalidade.

IPTU

Para as receitas de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU Principal, as projeções consideram o histórico arrecadado do imposto, o índice de inflação (IPCAIBGE), e o crescimento do Produto Interno Bruto – PIB, projetados para os anos de 2026 a 2028, segundo o relatório FOCUS do Banco Central. Além disso, consolidam a decisão de manutenção do desconto de IPTU por pagamento no vencimento, decidido ao final do exercício da Câmara Municipal de Guarulhos em 2024.

Assim sendo, a metodologia que considerou a correção do IPTU na LOA de 2025 não se efetivou. Portanto, os valores corrigidos do IPTU consideram os valores efetivamente arrecadados de IPTU em 2024 como base de projeção, mantendo-se para os anos seguintes o desconto por pagamento até o dia do vencimento. Ressaltamos que as predições de IPTU para os próximos anos ficarão abaixo do previsto pela LDO 2025 revisada e LOA 2025, sendo tal queda de 23,32% (principal).

ISS e ITBI

Para as receitas projetadas de Impostos Sobre os Serviços de qualquer natureza – Principal (ISSQN), os principais fatores de projeção foram o histórico de arrecadações, as expectativas sobre o índice de inflação e sobre o crescimento do PIB de serviços, também estimados pelo relatório FOCUS do Banco Central. As receitas projetadas de arrecadação de ISSQN preveem um aumento nominal de 15,48% (principal) perante o previsto na LDO 2025 revisada e LOA 2025.

Quanto ao Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Imóveis – Principal (ITBI), considerando o histórico de arrecadação e as projeções para 2026 de crescimento do PIB e do IPCA, é estimado um crescimento nominal de 3,96% (principal), conforme estimado pelo relatório FOCUS.

Receitas provenientes de contribuições

As receitas provenientes de contribuições devem apresentar aumento no ano de 2026 de 0,01% em comparação à LDO revisada e LOA de 2025. Para as projeções de receitas de contribuições foram considerados os aumentos previstos do PIB, do IPCA e o crescimento vegetativo da folha de pagamentos.

Receitas provenientes de transferências entre os entes federativos

As transferências provenientes de outros entes federativos possuem relevante participação no total das receitas municipais, correspondendo a 54,39% do total da receita líquida prevista para 2026. Para o total de transferências correntes na LDO 2026, espera-se aumento nominal de 9,64% perante a LDO revisada e LOA 2025. Para todas as transferências, além do histórico de repasses, considerou-se as projeções do PIB e IPCA para o ano de 2026. No caso específico do IPVA, considerou-se o crescimento da frota de carros de 0,1% ao ano.

Das transferências advindas da União, destacam-se o Fundo de Participação dos Municípios e o Imposto sobre a Produção Industrial – IPI. Projeta-se um crescimento nominal de 38,04% para o IPI e de 10,08% em termos nominais para o FPM (considerando os repasses mensais e também os adicionais dos meses de julho e dezembro).

Já as transferências estaduais referem-se às participações do Município nas arrecadações do ICMS e do IPVA. Para tais transferências, espera-se um aumento nominal de 12,16% para o ICMS e de 7,98% para o IPVA perante a LDO revisada e LOA 2025. Destaca-se que, a transferência da cota parte do ICMS para o Município tem o peso projetado para a LDO 2025 de 29,02% da Receita Total Líquida do Consolidado Municipal, e de 31,43% da Receita Total Líquida Própria da Prefeitura Municipal de Guarulhos.

Com relação às outras transferências legais, a perspectiva é de estabilidade, acompanhando a variação das receitas da União, em conformidade com o desempenho do Produto Interno Bruto e da inflação.

Ingressos de empréstimos, convênios e receitas vinculadas

Considera-se a perspectiva de ingresso de recursos para 2026 advindos do Programa do Novo PAC, sendo de Execução de Obras e Encostas, Elaboração de Estudos e Projetos para Novos Corredores – Interligação Pimentas, e também a Regularização Fundiária em alguns bairros: Jardim Vermelhão, Jardim Marilena (Fases 2, 3 e 5) e Jardim Jovaia II e Jovaia Velho. E ainda, a Urbanização Integral Microbacia Hidrográfica do Córrego Moinho Velho compondo o Novo PAC. Cabe ressaltar também, o Projeto Cultural Aldir Blanc, conforme o Portal Transferegov.

No tocante ao regime de assistência à saúde do servidor, a Lei Municipal nº 6083/2005 disciplinou a forma de seu custeio, consistente no ingresso de receitas mediante mensalidades, coparticipações em eventos pelos beneficiários, aporte e complementações pelos órgãos municipais, que possuam servidores aderentes ao regime.



MUNICÍPIO DE GUARULHOS - CONSOLIDADO GERAL

Tabela Explicativa da Evolução da Receita
Lei nº 4320/1964 - Artigo 22, Inciso 3 - Alíneas A, B, C

RECEITA

RECEITA ARRECADADA NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS ANTERIORES				RECEITA PREVISTA			
A: 2025				EXERCÍCIO CORRENTE	EXERCÍCIO DE		
CLASSIFICAÇÃO	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
RECEITAS CORRENTES	R\$ 5.879.893.443,19	R\$ 6.098.717.695,78	R\$ 6.947.463.470,05	R\$ 6.894.647.100,00	R\$ 7.232.906.700,00	R\$ 7.666.469.130,00	R\$ 8.132.493.900,00
INTRAORÇAMENTÁRIAS	R\$ 214.984.201,13	R\$ 221.998.742,71	R\$ 245.242.623,40	R\$ 252.075.200,00	R\$ 232.965.000,00	R\$ 241.020.000,00	R\$ 251.165.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 97.793.526,84	R\$ 251.424.047,99	R\$ 466.474.058,18	R\$ 277.453.700,00	R\$ 62.947.000,00	R\$ 44.555.000,00	R\$ 46.129.000,00
CONTAS RETIFICADORAS	R\$ 426.793.526,84	R\$ 437.686.926,37	R\$ 498.757.468,47	R\$ 511.437.600,00	R\$ 570.576.200,00	R\$ 606.110.400,00	R\$ 644.368.000,00
TOTAIS	R\$ 5.765.827.545,73	R\$ 6.134.453.560,11	R\$ 7.160.422.683,16	R\$ 6.912.738.400,00	R\$ 6.958.242.500,00	R\$ 7.345.933.730,00	R\$ 7.785.419.900,00